



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 340,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresnanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano		
	As três séries	Kz: 611 799.50	
	A 1.ª série	Kz: 361 270.00	
	A 2.ª série	Kz: 189 150.00	
	A 3.ª série	Kz: 150 111.00	

### SUMÁRIO

#### Presidente da República

**Decreto Presidencial n.º 37/16:**

Exonera Fernando Pontes Pereira do cargo de Secretário de Estado para Administração Local.

**Decreto Presidencial n.º 38/16:**

Exonera João Fucungo do cargo de Vice-Governador da Província da Lunda-Sul para o Sector Económico.

**Decreto Presidencial n.º 39/16:**

Nomeia Zaione Xavier Muloueno para o cargo de Vice-Governadora da Província da Lunda-Sul para o Sector Económico.

**Despacho Presidencial n.º 21/16:**

Designa Adão Francisco Correia de Almeida, Secretário de Estado para os Assuntos Institucionais, para cumulativamente desempenhar as funções de Secretário de Estado para Administração Local, enquanto não for nomeado um novo Secretário de Estado para o Ministério da Administração do Território.

#### Conselho Superior da Magistratura Judicial

**Resolução n.º 6/16:**

Constitui o Juri do concurso público curricular para o provimento do lugar de Presidente da Comissão Provincial Eleitoral de Benguela.

#### Ministério dos Petróleos

**Decreto Executivo n.º 68/16:**

Autoriza a cessão do interesse participativo que a Statoil Quatro AS. detinha no Contrato de Partilha de Produção (CPP) do Bloco 4/05, aos restantes membros do Grupo Empreiteiro, na proporção da participação associativa de cada um no referido Contrato.

#### Ministério das Finanças

**Decreto Executivo n.º 69/16:**

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Estudos e Relações Internacionais deste Ministério. — Revoga o Decreto Executivo n.º 226/12, de 25 de Julho.

**Decreto Executivo n.º 70/16:**

Aprova o Regulamento Interno da Direcção Nacional do Orçamento do Estado deste Ministério. — Revoga os Decretos Executivos n.ºs 309/12 e 310/12, ambos de 28 de Agosto.

**Decreto Executivo n.º 71/16:**

Aprova o Regulamento Interno da Direcção Nacional dos Orçamentos Locais deste Ministério. — Revoga a legislação que contrarie o presente Diploma.

**Decreto Executivo n.º 72/16:**

Aprova o Regulamento Interno da Direcção Nacional do Tesouro. — Revoga todas as disposições que contrariem o disposto no presente Diploma.

**Decreto Executivo n.º 73/16:**

Aprova o Regulamento Interno da Direcção Nacional do Património do Estado deste Ministério. — Revoga o Decreto Executivo n.º 107/12, de 9 de Abril.

**Despacho n.º 83/16:**

Subdelega plenos poderes a Silvio Franco Burity, Director Nacional do Património do Estado, para outorgar em representação deste Ministério o Contrato de Locação Financeira Mobiliária, celebrado com o Banco Económico, S.A.

### PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**Decreto Presidencial n.º 37/16**  
de 17 de Fevereiro

Por conveniência de serviço;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 119.º e do n.º 3 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

É exonerado Fernando Pontes Pereira do cargo de Secretário de Estado para a Administração Local, para o qual havia sido nomeado, por Decreto Presidencial n.º 53/14, de 27 de Fevereiro.

Publique-se.

Luanda, aos 11 de Fevereiro de 2016.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

**Decreto Presidencial n.º 38/16**  
de 17 de Fevereiro

Por conveniência de serviço;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea k) do artigo 119.º e do n.º 3 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com o n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, o seguinte:

É exonerado João Fucungo do cargo de Vice-Governador da Província da Lunda-Sul para o Sector Económico, para o qual havia sido nomeado, através do Decreto Presidencial n.º 194/14, de 11 de Agosto.

Publique-se.

Luanda, aos 11 de Fevereiro de 2016.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

**Decreto Presidencial n.º 39/16**  
de 17 de Fevereiro

Por conveniência de serviço;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea k) do artigo 119.º e do n.º 3 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com o n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, o seguinte:

É nomeado Zaione Xavier Muloueno, para o cargo de Vice-Governadora da Província da Lunda-Sul para o Sector Económico.

Publique-se.

Luanda, aos 11 de Fevereiro de 2016.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

**Despacho Presidencial n.º 21/16**  
de 17 de Fevereiro

Por conveniência de serviço;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 119.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

É designado Adão Francisco Correia de Almeida, Secretário de Estado para os Assuntos Institucionais, para cumulativamente desempenhar as funções de Secretário de Estado para Administração Local, enquanto não for nomeado um novo Secretário de Estado para o Ministério da Administração do Território.

Publique-se.

Luanda, aos 11 de Fevereiro de 2016.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

**CONSELHO SUPERIOR  
DA MAGISTRATURA JUDICIAL**

**Resolução n.º 6/16**  
de 17 de Fevereiro

Procedendo nos termos do artigo 147.º da Lei Orgânica sobre as Eleições Gerais, aprovada pela Lei n.º 36/11, de 21 de Dezembro, por deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura Judicial, tomada na reunião realizada em 27 de Janeiro de 2016, foi designada a constituição do Júri do Concurso Público Curricular para o Provimento do lugar de Presidente da Comissão Provincial Eleitoral de Benguela.

Em conformidade com o artigo 14.º do Decreto Presidencial n.º 102/11, de 23 de Maio, o referido júri é constituído pelos seguintes membros:

1. Simão de Sousa Victor — Coordenador.
2. Anabela Mendes Vidinhas.
3. Vicente Muanza Lubamba.

Luanda, aos 11 de Fevereiro de 2016.

O Juiz Conselheiro Presidente, *Manuel Miguel da Costa Aragão*.

**MINISTÉRIO DOS PETRÓLEOS**

**Decreto Executivo n.º 68/16**  
de 17 de Fevereiro

Nos termos do n.º 9 do artigo 14.º do Contrato de Partilha de Produção (CPP) do Bloco 4/05, quaisquer obrigações a observar e a executar pelo Grupo Empreiteiro (GE) deverão, se este compreender mais do que uma entidade, serem solidárias;

A empresa Statoil Quatro AS. («Statoil»), detentora de 20% (vinte por cento) de interesse participativo no CPP do Bloco 4/05, requereu a anuência da Concessionária Nacional para se retirar do Grupo Empreiteiro (GE) do Bloco 4/05;

A SONANGOL-E.P. decidiu não exercer o direito de preferência em relação ao interesse participativo supracitado, nos termos do n.º 8 do artigo 38.º do CPP do Bloco 4/05;

O referido interesse participativo será cedido aos demais membros do GE, na proporção das respectivas participações associativas;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e ao abrigo do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro, determino:

1. É autorizada a cessão do interesse participativo que a Statoil Quatro AS., detinha no CPP do Bloco 4/05, aos restantes membros do Grupo Empreiteiro, na proporção da participação associativa de cada um, no Contrato de Partilha de Produção do Bloco 4/05.

2. Com efeito a partir de 28 de Setembro de 2015, o Grupo Empreiteiro passa a ter a seguinte constituição:

Sonangol Pesquisa e Produção.....	50.00%
Somoil.....	18.75%
Acrep S.A.....	18.75%
Prodoil.....	12.50%

3. O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Luanda, aos 11 de Fevereiro de 2016.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### Decreto Executivo n.º 69/16 de 17 de Fevereiro

Havendo necessidade de se adequar o Regulamento Interno do Gabinete de Estudos e Relações Internacionais às novas exigências do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 299/14, de 4 de Novembro;

Considerando que o n.º 1 do artigo 28.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças estabelece que cada um dos órgãos centrais do Ministério dispõe de um regulamento próprio que contém a respectiva organização interna e funcionamento;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 299/14, de 4 de Novembro, determino:

#### ARTIGO 1.º (Aprovação)

É aprovado o Regulamento Interno do Gabinete de Estudos e Relações Internacionais do Ministério das Finanças, anexo ao presente Decreto Executivo e que dele é parte integrante.

#### ARTIGO 2.º (Revogação)

É revogado o Decreto Executivo n.º 226/12, de 25 de Julho.

#### ARTIGO 3.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e as omissões resultantes da interpretação e da aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro das Finanças.

#### ARTIGO 4.º (Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se

Luanda, aos 11 de Fevereiro de 2016.

O Ministro, *Armando Manuel*.

## REGULAMENTO INTERNO DO GABINETE DE ESTUDOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

### CAPÍTULO I Disposições Gerais

#### ARTIGO 1.º (Definição)

1. O Gabinete de Estudos e Relações Internacionais, abreviadamente designado por GERI, é o órgão de apoio técnico do Ministério das Finanças que, em consonância com os objectivos de regulação conjuntural e de desenvolvimento económico do Executivo, é responsável pela proposta de formulação e acompanhamento da política financeira do Estado, designadamente a política orçamental e a política de rendimentos e preços, bem como da actividade do sistema financeiro não bancário, promovendo os estudos necessários para o efeito.

2. O Gabinete de Estudos e Relações Internacionais é ainda responsável pelo acompanhamento do relacionamento e negociações do Executivo, com as instituições financeiras internacionais, organismos internacionais e organizações regionais, no que respeita à política económica-financeira e, em colaboração com as áreas respectivas, assegurar a coordenação e articulação das diversas acções de cooperação, no âmbito das atribuições do Ministério das Finanças.

#### ARTIGO 2.º (Competências)

Compete, em especial, ao Gabinete de Estudos e Relações Internacionais:

- Participar na elaboração da programação e gestão macroeconómica nacional;
- Participar na elaboração das propostas para a formulação das políticas macroeconómicas de curto prazo ou de regulação conjuntural e acompanhar a sua implementação;
- Promover a realização de estudos empíricos que permitam melhorar a formulação de políticas macroeconómicas da responsabilidade do Ministério das Finanças;
- Compilar as estatísticas das finanças públicas;
- Contribuir para a formulação das políticas do sistema financeiro não bancário e as correspondentes medidas e acompanhar a sua execução e o desempenho do sector;
- Elaborar pareceres preparatórios à tomada de decisão nos domínios relevantes das suas competências;
- Promover e coordenar, em colaboração com as áreas competentes, o relacionamento do Ministério das Finanças com as instituições financeiras internacionais, os organismos internacionais e as organizações regionais nos domínios económico e financeiro;
- Elaborar e manter actualizado o inventário das potencialidades e necessidades, em matéria de cooperação económica externa no âmbito do Ministério;
- Colaborar com os órgãos competentes na definição das estratégias de endividamento externo e da sua gestão;
- Elaborar estudos para a melhoria da política e do processo de orçamentação e gestão financeira pública;